

Actualizado a 01/04/2015, 13:33 São Filipe, 01 Abr (Inforpress) – O líder do Grupo Independente Unidos por São Filipe Solidário e Desenvolvido (GIUSD), Eugénio Veiga, aconselha a classe política cabo-verdiana a rever o estatuto antes da sua implementação para o bem de Cabo Verde. Eugénio Veiga, que convocou a imprensa para falar sobre o novo estatuto dos titulares de cargos políticos, disse que com a sua aplicação a sociedade passaria a ficar muito mais desigual do que está e com profundas consequências como crescimento do desemprego, aumento da situação de violência, sobretudo nos centros urbanos, e a instabilidade seria uma constante em Cabo Verde. Este disse que em 2007 houve uma tentativa de aprovação do novo estatuto de titulares de cargos políticos e que na altura manifestou-se contra porque a realidade económica cabo-verdiana “não suportava e nem suporta” uma grelha salarial da forma como foi defendida e aprovada no Parlamento. “A economia continua sendo frágil, não tem estado a criar riqueza suficiente para suportar despesas de pessoal e de funcionamento superior ao possível”, disse o líder do GIUSD, para quem o país se desenvolve quando a sociedade é mais igualitária e não quando há desigualdade gritante como a que surgiria com aplicação da lei. Segundo o mesmo e tendo em conta a situação actual, os políticos deveriam pensar em estratégias diferentes que passariam por criar emprego digno aos novos licenciados, emprego mais consistente às famílias mais carenciadas, acesso à saúde as famílias com dificuldades e à educação no nível obrigatório e não no aumento salarial da classe política. Este considera que o novo estatuto demonstra que Cabo Verde tem uma economia real em que não há possibilidade de aumento salarial para determinadas categorias profissionais e uma economia virtual que permite aumentar o salário dos políticos. Para Eugénio Veiga, “se as Câmaras Municipais, na situação actual, queixam-se de dificuldades financeiras porque não há contratos programas com o Governo, com o aumento salarial menos recursos ficarão para projectos de desenvolvimento”. Para o ex-autarca de São Filipe, a resolução da questão está nas mãos dos parlamentares porque, conforme explica, com o figurino cabo-verdiano o Presidente da República pode vetar mas não pode evitar que a lei fique pelo caminho, indicando que o próprio Presidente da Republica tem um “problema gravíssimo” para resolver tendo em conta que recebeu os dois líderes parlamentares e possivelmente tenham analisado a questão antes da sua discussão. “É um paradoxo que os políticos estejam a estribar na dignificação da classe com aumento salarial. A função política é uma opção individual e se faz conhecendo a realidade do país”, afirmou o líder do GIUSD, anotando que em se tratando de uma opção individual não podem reclamar que o salário é baixo para dignificar a classe. Para o ex-autarca Eugénio Veiga, os políticos cabo-verdianos, tendo em conta a “realidade económica e social do país, estão a ganhar razoavelmente bem”, apesar de reconhecer que há disparidade em relação ao sector público. Este defende um debate nacional para adopção de uma grelha salarial para o sector público, cujos gestores com salários elevados são de empresas que constantemente dão prejuízos e que são suportados pelo erário público. Relativamente à ilha do Fogo, este disse que há grandes questões a resolver como a erupção vulcânica em que as pessoas de Chã das Caldeiras aguardam ainda por uma solução visível, concreta e real, o efeito do mau ano agrícola em que o programa de salvamento de gado está sendo implementado com muita timidez, a necessidade imperiosa de criação de algum emprego publico, são questões que, no seu entender, deveriam merecer maior atenção da classe política. JRIInforpress/Fim